In-Traduções
da UFSC (ISSN 2176-7904)
revista do programa de pós-graduação em estudos da tradução

A dimensão estrangeira da tradução da língua espanhola no MERCOSUL

Angélica Karim Garcia Simão
Universidade Estadual Paulista/UNESP
angelica@ibilce.unesp.br

Resumo: Desde o seu surgimento, em março de 1991, o MERCOSUL teve como principal objetivo estabelecer um mercado comum entre os países membros do bloco por meio do desenvolvimento da união aduaneira, o que o configurou como uma zona de livre comércio. Ao se fazer uma análise da trajetória do desenvolvimento do tratado pode-se constatar, no entanto, que pouco tem sido feito em termos de políticas culturais e linguísticas que articulem formas de ação conjunta dos tradutores das línguas portuguesa e espanhola inseridos nesse contexto. Neste trabalho, objetiva-se discutir de que forma as intervenções políticas relacionadas ao ensino e à tradução da língua espanhola interferem no *status* que a tradução da língua espanhola tem ocupado no Brasil nos últimos anos. Nessa perspectiva, pretende-se discutir a noção de "estrangeiridade" do idioma espanhol para o falante de português, bem como a percepção da proximidade entre as duas línguas, fatos que parecem reafirmar crenças e estereótipos já assentados na sociedade a respeito da tradução desses idiomas.

Palavras-chave: Tradução, língua espanhola, estereótipos, MERCOSUL.

Abstract: Since its beginning in 1991, the main objective of the Southern Common Market (MERCOSUL) was to establish a common market between the member states through the development of a customs policy, which characterized it as a free trade zone. However, an analysis of the ways the treaty has evolved shows that not much has been done in terms of cultural and linguistic policies which might articulate a conjoined action from translators of Portuguese and Spanish inserted in that context. The aim of this article is to discuss how the political interventions related to the teaching and translating of Spanish interfere in the status acquired by the translation of Spanish in Brazil during the last years. From this perspective, the concept of "foreignness" associated to the Spanish language for the speaker of Portuguese will be discussed, as well as the proximity between both languages. Those facts seem to reaffirm beliefs and stereotypes which are already consolidated in society regarding those languages.

Keywords: Translation, Spanish, stereotypes, MERCOSUL.

Ao tratar do desenvolvimento do MERCOSUL nos últimos quinze anos, Peña (2007), pontua que o objetivo central, ao ser aprovado, foi o de estabelecer um mercado comum entre os países membros através do desenvolvimento da união aduaneira. Isso inclui os elementos próprios de uma zona de livre comércio que implica a liberação substancial do comércio recíproco ou, pelo menos, dos produtos originários nos territórios constitutivos da união. Esse autor tenta analisar os avanços, a efetividade, a eficácia e a legitimidade social no cumprimento dos objetivos iniciais, bem como a solidez e a sustentabilidade de tais compromissos, para avaliar se o acordo revela um espaço econômico comum ou se, ao invés, seria o equivalente a um mercado interno.

É interessante mencionar que esse autor destaca certa tradição latino-americana em termos de compromisso de integração econômica, denominada "integração-ficção", e questiona o que há de realidade e o que há de ficção no que foi anunciado pelos

governos, tanto do Brasil, como de outros países latino-americanos, e que poderia configurar o tratado como um acordo de aparências.

De fato, a criação do MERCOSUL, por meio do Tratado de Assunção, em março de 1991, assenta-se sobre experiências jurídicas e comerciais anteriores à criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio, na qual apareceu pela primeira vez a figura da "zona do livre comércio". Firmada pelo primeiro Tratado de Montevidéu, em 1960, possuía dois objetivos diferenciados: o primeiro, formal, era o de criar uma zona de livre comércio em 12 anos e distinguia-se do segundo, o real, que era o de resgatar a incipiente rede de acordos bilaterais existentes entre os países da América do Sul.

A construção do mercado comum foi o principal compromisso assumido pelos sócios fundadores e, ao fazê-lo, fixaram prazos e compromissos jurídicos para o que foi chamado de "período de transição". Com relação à data fixada, 31 de dezembro de 1994, Peña (2007) aponta um equívoco que pode ter sido originado em função da interpretação das diferentes versões, portuguesa e espanhola, do Tratado. A versão espanhola indica que o mercado comum "*deberá estar conformado*", ao passo que a versão em português indica que o mercado "deverá estar estabelecido". O autor assinala que não se trata somente de uma simples diferença semântica, uma vez que "conformar" implica dar forma a algo, configurar; ao passo que "estabelecer" evoca a ideia de algo já constituído, posto em vigor ou instituído. Embora "estabelecido" tenha sido a expressão utilizada em espanhol na ata de Buenos Aires de junho de 1990, o termo "conformar" apresenta maior consonância com o que vislumbravam os negociadores envolvidos à medida que avançavam na redação do Tratado, uma vez que o prazo de 4 anos não pôde ser cumprido e teve que ser modificado na ocasião da Reunião de Ouro Preto, em dezembro de 1994.

De acordo com Peña (2007), depois de 1994, em termos de desenvolvimento, pouco foi realizado referente à união aduaneira e às políticas que haviam sido estabelecidas originalmente. O comércio cresceu nos primeiros anos do MERCOSUL, mas começou a mostrar seus primeiros indícios de enfraquecimento na segunda metade dos anos noventa, período anterior à crise de 1999. Nos últimos anos observou-se uma nova tendência ao crescimento, mas sem alcançar novamente os altos níveis do período anterior à crise.

O que ocorre no MERCOSUL em termos de políticas de integração científica e tecnológica parece ocorrer também em termos de políticas culturais e

linguísticas. No momento de sua criação, em 1991, o Tratado não contemplava o âmbito cultural. De acordo com Escobar (2007), isso se deve ao fato de que ele surgiu como projeto de livre comércio e com o objetivo de transformar-se em mercado comum. Após quatro anos de existência, durante a Reunião Técnica Especializada em Cultura, realizada em Buenos Aires, de 13 a 15 de março de 1995, com a participação dos ministros da cultura dos países envolvidos, foi colocado pela primeira vez o termo "MERCOSUL Cultural" que, segundo esse autor, referia-se confusa e precariamente ao fomento de certas atividades, como a livre circulação de bens simbólicos, as indústrias culturais, a conservação do patrimônio e do turismo cultural.

Esse autor considera que, passados 15 anos da instituição do MERCOSUL, o reconhecimento da necessidade de incorporação do âmbito cultural aos projetos de integração não se efetivou em propostas concretas que articulem políticas culturais e legislações. Para que isso ocorra, ele aponta a necessidade de que existam organismos oficiais capazes de assumir a gestão de projetos culturais. Tais organismos poderiam promover a integração da cultura ao seio do MERCOSUL. Essa gestão deve ser destinada a profissionais e técnicos especializados na implementação e administração de projetos e processos culturais, setor em que a profissionalização é relativamente nova. Ele acredita ser adequado que se assumam as especificidades de processos que requerem temporalidades próprias de gestão, amadurecimento e desenvolvimento e que mantenham vínculo com os contextos concretos. Isso significa que os projetos devem estar ligados com os processos do resto da América Latina, sem perder de vista as particularidades da própria região, bem como as assimetrias existentes no Paraguai e no Uruguai com relação ao Brasil e à Argentina e as tensões existentes entre os países decorrentes das disputas políticas e de seus diferentes interesses.

Podemos notar que, desde o surgimento do MERCOSUL, atrelado à ideia de desenvolvimento, encontra-se notoriamente o discurso sobre a necessidade do ensino da língua espanhola. No entanto, percebemos que tal necessidade ganhou força e passou a ser fomentada no Brasil por aqueles que possuem interesses econômicos alheios ao MERCOSUL ou, no mínimo, indiretamente ligados à sua expansão, e que se beneficiariam com a promoção e desenvolvimento da língua, como é o caso da Espanha, por exemplo.

Além das já sabidas empresas espanholas implantadas no Brasil no final da década de 90, durante os últimos anos pode-se testemunhar a chegada ao Brasil de editoras espanholas de grande porte como a Santillana, a Planeta e a Edições SM, que

têm invadido o campo das coleções didáticas, não apenas para o ensino do espanhol, mas também para as demais disciplinas. O mercado editorial espanhol já consolidado vem buscando novos espaços para expansão. Esse movimento de expansão parece utilizar-se também de ideias e discursos já assentados, tidos como inquestionáveis, e que persuadem o leitor.

Cabe acrescentar que no começo dos anos 2000 aconteceram eventos patrocinados por instituições econômicas que trataram o espanhol como "*activo económico y cultural*", mais marcadamente econômico do que cultural; e atrelada a essa visão, em tais eventos, passaram a serem divulgadas informações que tentam colocar o idioma numa posição promissora devido à expansão do espanhol em nível mundial. Tais asserções comumente assentam-se em argumentos como o fato de ser um idioma falado por cerca de 380 a 450 milhões de pessoas, o que coloca o espanhol como uma das línguas mais faladas no mundo, não apenas em número de falantes, como também em termos territoriais. Também parece ser divulgada a crença de que é um idioma de comprovada unidade linguística, atestada por filólogos e, por isso, presta-se tão bem ao ensino e à divulgação. Estas, dentre outras noções com pouco embasamento empírico, mas que se prestam muito bem à propagação de ideias que buscam promover o idioma, podem ser observadas nas conclusões de uma das mesas realizadas no "*I Acta Internacional de la Lengua Española: Activo Cultural y valor económico creciente",* realizado em San Millán de la Cogolla (La Rioja) de 26 a 29 de outubro de 2006. Como consequência da reunião, foi elaborado um documento, o qual a Comissão de Cultura Espanhola aprovou por unanimidade para que o governo da Espanha assumisse as propostas contidas, que em um dos momentos atesta que o valor de uma língua não reside exclusivamente em seu número de falantes, mas sim em sua presença no mundo da Internet, das tecnologias da informação e comunicação e nos benefícios que ela reporta para aqueles que a tem como principal "ativo de sua atividade econômica".

Podemos notar claramente nessa proposição a perspectiva de desenvolvimento de um "mercado linguístico" que garanta rendimento econômico aos seus investidores. Com base em tais argumentações, a mesa que tratava desse assunto no evento mencionado propôs, ainda que houvesse vozes discordantes, eliminadas no texto final, que a promoção da língua espanhola fosse considerada como uma política de Estado, pensada sob estratégias de longo prazo, além de propor a eliminação do caos administrativo e a falta de coordenação entre os órgãos espanhóis destinados a fomentar a língua espanhola no exterior por meio da concessão da liderança a somente uma das

instituições responsáveis. Foi também proposto, como prioridade: profissionalizar o Instituto Cervantes; consolidar a política de leitorados e bolsas; modificar a concessão de vistos para estudantes estrangeiros; potencializar as indústrias culturais vinculadas à língua, especialmente a editorial e cinematográfica, dentre outras.

Estamos diante de uma concepção clara de que a elaboração de uma política linguística articulada seja vista como uma preocupação de Estado, visando sua própria expansão, tanto econômica, quanto cultural. Tal política utiliza-se de discursos que favorecem sua implantação, e a ideia de desenvolvimento e prestígio do MERCOSUL parece conciliar-se e vir diretamente ao encontro dessas motivações.

Em contrapartida, no seio do MERCOSUL parece não haver uma articulação tão clara sobre qual política linguística deva orientar e planejar as ações envolvidas no acordo.

Ao fazer um apanhado dos textos sobre as políticas linguísticas nas décadas de 50, 60 e 70, Calvet (2007) assinala que nessas obras está presente a ideia de que a política linguística parece ter surgido como resposta aos problemas dos países em "via de desenvolvimento" ou das minorias linguísticas. Posteriormente, ao observar os problemas linguísticos do Québec, dos Estados Unidos, com a imigração de hispanofalantes, e da Europa, com a construção da Comunidade Econômica Européia, tornou-se claro que a política linguística (determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade) e o planejamento linguístico (sua implementação) não estão ligados somente ao desenvolvimento ou às situações pós-coloniais.

Segundo esse autor, qualquer grupo pode elaborar uma política linguística, entretanto, somente o Estado tem o poder e os meios de passar do estágio de planejamento e colocar em prática suas decisões políticas, respondendo às necessidades de comunicação de determinado grupo, a partir da percepção das relações que as línguas estabelecem com a sociedade. Ele cita a distinção entre planejamentos feita em 1969 por Heinz Kloss, referindo-se ao planejamento do *corpus***,** como as intervenções na forma da língua, e o planejamento de *status*, como as intervenções nas funções da língua, seu *status* social e suas relações com as outras línguas. Desse modo, é possível intervir tanto nas mudanças de vocabulário de uma língua, como promover uma língua a uma função que antes não possuía dentro de uma sociedade, o que significa atuar no *status* que ela ocupa.

A sanção da Lei nº 11.161 (05/08/2005), projeto de Lei 3.987, de 2000, de autoria do Deputado Átila Lira, que tornou obrigatória a oferta da Língua Espanhola nas escolas públicas e privadas brasileiras que atuam no Ensino Médio e, eventualmente, no Ensino Fundamental, introduziu no contexto brasileiro uma mudança de *status* do idioma espanhol, atuando diretamente sobre todas as questões referentes ao ensino dessa língua no Brasil. Essa mudança, atribuída muitas vezes pelos meios de comunicação de massa ao MERCOSUL, culminou no estabelecimento de "*Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*" para o ensino da disciplina Língua Estrangeira Moderna – Espanhol no ensino médio, na distribuição de kits de materiais didáticos e no estímulo para a criação de cursos de licenciatura em Letras – Espanhol nas universidades públicas brasileiras. Como dito nas *Orientações Curriculares* (BRASIL, 2006, p. 128), "estamos diante de um gesto político claro e, sobretudo, de um gesto de política linguística, que exige uma reflexão acerca do lugar que essa língua pode e deve ocupar no processo educativo".

Contudo, no âmbito da tradução, o *status* da língua espanhola parece não ter adquirido tanta proeminência quanto no âmbito do ensino. Mesmo com a introdução da reforma linguística por meio da escola, em 2006 entrou em vigor o decreto n° 5.851 que promulgou o Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Tal acordo prevê a dispensa de tradução de documentos apresentados para trâmites migratórios, referentes à solicitação de vistos, renovação do prazo de estada, concessão de permanência, incluindo passaporte, cédula de identidade, certidões de nascimento e casamento e atestados negativos de antecedentes penais.

Embora a dispensa possa ser encarada e justificada como um gesto de aproximação entre o Brasil e os países integrantes do MERCOSUL, o acordo prejudicou diretamente a atividade profissional dos tradutores juramentados da língua espanhola.

Além disso, tal medida atua, tanto simbólica, como objetivamente, no não reconhecimento da "estrangeiridade" do idioma espanhol para o falante de português e vice-versa, ao tirar o prestígio e, consequentemente, diminuir o *status* do idioma no âmbito da tradução, ao trazer também à tona a questão da suposta facilidade de compreensão da língua espanhola pelos brasileiros, estereótipo bastante difundido no Brasil, sobretudo nas regiões sul e sudeste do país.

Quando o próprio Estado intervém por meio de uma lei, desconsiderando o papel de idioma estrangeiro da língua espanhola, ele autoriza que todos passem a percebê-la como idioma próximo, fácil e semelhante ao português, uma vez que a tradução dos dois idiomas atua, no nível do reconhecimento, justamente no sentido oposto, levando-a a ser percebida como um idioma estrangeiro. Nas palavras de Calvet (2007, p. 75):

> *Quando uma decisão é tomada, uma opção é escolhida, é preciso fazer com que ela se encaixe nos fatos. Ao contrário da gestão in vivo (derivada das práticas sociais), na qual a mudança se propaga na prática dos falantes por uma forma de consenso que é necessário estudar com precisão, a gestão in vitro (derivada da intervenção do poder) deve, por sua vez, se impor aos falantes e, para isso, o Estado dispõe essencialmente da lei.*

Torna-se complexo impor a uma nação a aprendizagem de um idioma tido como estrangeiro, uma vez que circulam na sociedade estereótipos que se assentam na ideia de proximidade e facilidade entre a suposta língua estrangeira e a língua materna de tal nação. A existência de uma lei que promulga a oferta desse idioma em nível nacional, paralela à existência de leis que desacreditam e diminuem o seu *status* como idioma estrangeiro, reiterando ideias estereotipadas, como a da facilidade, da proximidade e da semelhança, mais do que complexa, torna a ação notadamente contraditória.

De uma perspectiva mais ampla, o decreto n° 5.851 aponta também para outro aspecto já referido anteriormente, quando mencionamos as políticas culturais do MERCOSUL, ou melhor, a não existência delas. Desde o início do Tratado, o processo vem se caracterizando pela ausência de informação sobre como os tradutores atuam em função do desenvolvimento do MERCOSUL. Até o momento, não houve nenhum tipo de discussão ou movimento sindical que articule formas de ação conjuntas dos trabalhadores, ou mesmo de veiculação de informações sobre como os tradutores dos diferentes países envolvidos se organizam dentro do contexto do mercado comum. Sabemos que a ausência de informação não pressupõe a inexistência do trabalho, existe a atividade de importação e exportação que estabelece o elo entre os países associados, contudo não existe referência em nenhum acordo de como as atividades comerciais são organizadas linguisticamente na esfera da tradução.

Em pesquisa sobre o levantamento de estereótipos de estudantes de um curso de Tradução de uma universidade pública da região noroeste paulista, (Simão, 2009a e 2009b) pode-se constatar a existência de um estereótipo recorrente na fala dos

aprendizes, a saber, a projeção de sucesso e ampliação de mercado de trabalho na área de tradução da língua espanhola em função do MERCOSUL. Contudo, essa ideia não parece estar atrelada ao que é veiculado pela imprensa brasileira. Sabemos que toda discussão que envolve o MERCOSUL tem sido apresentada, nos últimos anos, por um viés pessimista e negativo, anunciando seu fim, embora o discurso oficial, talvez o que está presente nessas falas, trate sempre de magnificar a importância do bloco. Sabemos também que as informações veiculadas, que muitas vezes pouco se pautam em análises econômicas e de mercado, não anunciam a projeção e amplificação do mercado de trabalho em decorrência do acordo estabelecido entre os países ligados ao bloco.

Acreditamos que os elementos propulsores de tal estereótipo são alguns fatos que julgamos estar intimamente ligados a essa ideia: o crescimento de empresas multinacionais espanholas no Brasil a partir da década de 90; o surgimento de eventos patrocinados por instituições econômicas que tratam o idioma espanhol como "ativo econômico e cultural"; a existência de um mercado editorial voltado para o ensino da língua espanhola conformado, quase que exclusivamente, por editoras espanholas; a chegada ao Brasil de grandes editoras espanholas; a implantação do Instituto Cervantes em São Paulo, em 1998, no Rio de Janeiro, em 2001, e em Brasília, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, simultaneamente, em 2007.

Também a sanção da Lei nº 11.161, que estipula a obrigatoriedade da oferta do idioma nas escolas públicas e privadas do ensino médio e que, recentemente, rendeu ao presidente Luiz Inácio da Silva o *I Prêmio Internacional Dom Quixote de La Mancha,* entregue ao presidente pelas mãos do rei Juan Carlos e pelo primeiro-ministro espanhol José Luis Zapatero, parece atuar como propulsora da visão de crescimento e prestígio de campos de trabalho para o idioma espanhol no Brasil, sempre amparada na ideia da necessidade da integração em função do MERCOSUL.

Cabe citar as palavras do próprio presidente ao receber o referido prêmio:

> *Haverá um dia em que todos os espanhóis ou todos que falam espanhol estarão lendo Machado de Assis. Haverá um dia em que todos os que falam português estarão lendo Cervantes [Miguel]. A integração não será mais ficção, não será mais desejo, mas será realidade.*[1]

É interessante notar que, em suas palavras, o presidente retomou a referência à "integração-ficção" citada anteriormente neste trabalho (PEÑA, 2007) para descrever certa tradição latino-americana em termos de compromisso de integração econômica,

questionando o que há de realidade e de ficção no que foi anunciado pelos governos, e que poderia configurar o MERCOSUL como um acordo de aparências. Também é irônico perceber, na fala do presidente, que todos os espanhóis ou todos que falam espanhol, o que inclui a América espanhola, irão ler Machado de Assis, e todos que falam português lerão Cervantes, o que inclui somente a Espanha. Essa unilateralidade da integração do Brasil com os países do MERCOSUL, tão evidenciada e favorecida pelas assimetrias econômicas entre os países envolvidos no acordo, parece trazer à tona elementos claros: de um lado, o favorecimento econômico do Brasil com o MERCOSUL, e, por outro lado, o favorecimento da Espanha com a implantação de seu "mercado linguístico-editorial" no Brasil, que se faz claramente pautado na ideia da necessidade de integração linguística via MERCOSUL. Nas palavras de González (2008):

> *Curiosa e sintomaticamente, no entanto, não são os países desse bloco e sim a Espanha a nação que mais tem investido nessa política (lingüística, mas não só), em todos os sentidos, com a criação das muitas Assessorias Lingüísticas, a instalação de diversas sedes do Instituto Cervantes, a disseminação de cursos tanto de língua espanhola quanto de atualização de professores e de difusão cultural, uma política de oferta diversificada de bolsas, várias delas com apoio de poderosas instituições financeiras, a ampliação de seu parque editorial e o apoio às publicações voltadas para o ensino da língua e da cultura espanholas (nem sempre claramente voltadas para público brasileiro, embora por vezes com tentativas, mais ou menos bem sucedidas, de adaptações) e, ao menos em tese, de difusão da "hispanofonia".*

Não queremos argumentar aqui que não existam motivações reais e nacionais para o estreitamento das relações com o idioma espanhol no Brasil, mas sim que parece existir outro grande interesse, alheio às políticas existentes no MERCOSUL e estritamente para o MERCOSUL, políticas estas que, como vimos, encontram-se desarticuladas e contraditórias muitas vezes às necessidades dos países envolvidos, como é o caso do decreto n° 5.851 que promulgou o *Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados partes do MERCOSUL*. Tais interesses externos parecem buscar, nesse contexto, o favorecimento próprio em função de motivações comerciais e econômicas externas ao acordo, embora utilizem o seu nome como elemento propulsor da expansão linguística. A falta de políticas linguísticas pensadas e articuladas em favorecimento dos países

integrantes do bloco parece deixar os mesmos à mercê de políticas e interesses externos alheios aos seus interesses.

Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Linguagens, códigos e suas tecnologias: orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília: MEC, 2006.

CALVET, L. J. **As políticas lingüísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

ESCOBAR, T. 15 Años del MERCOSUR el deber y el haber de lo cultural. In: **MERCOSUL quinze anos: avaliação e perspectivas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

GONZÁLEZ, N. T. M. Situación actual de la enseñanza de español en Brasil. Texto lido na mesa-redonda "Políticas públicas e ensino de espanhol como língua estrangeira no Brasil: desafios para sua implementação". **V Congresso Brasileiro de Hispanistas e I congresso Internacional da Associação Brasileira de Hispanistas** (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil) 05/09/2008. Disponível em <http://addendaetcorrigenda.blogia.com/2008/100201-situacion-actual-de-la-ensenanza-de-espanol-en-brasil.php>. Acesso em: 10/11/2008.

PEÑA, F. Los grandes objetivos del MERCOSUR: zona de libre comercio, Unión aduanera y Mercado Común. In: **MERCOSUL quinze anos: avaliação e perspectivas**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SIMÃO, A. K.G. **O que crer (não) quer dizer: multiplicidade de vozes na manifestação de crenças e estereótipos de estudantes de tradução de língua espanhola**. 2009a. 183 p. Tese. (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIMÃO, A. K.G. Traduzir a língua espanhola no Brasil: estereótipos sobre a proximidade e o MERCOSUL. **Digilenguas**. V. 1, 2009b, p. 291-301.

[1] O Globo http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2008/10/13/lula_recebe_premio_internacional_dom_quixote_de_la_mancha-585918109.asp – Acesso em 15/11/2008.